

# Vêu sem Fantasia

*Divida Ext*

Os políticos brasileiros fizeram da dívida externa o seu palanque eleitoral. Tudo de ruim que acontecia no Brasil era atribuído à dívida e aos banqueiros internacionais. A Constituição de 88 devolveu ao Congresso o direito de decidir sobre questões tributárias e econômico-financeiras, e avançou muito além da antiga prerrogativa do Senado de apreciar o endividamento externo: conferiu ao parlamento o poder de decidir sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ao patrimônio nacional.

Mas, quando o assunto poderia ser discutido de forma racional, profunda e objetiva, no seminário sobre a dívida externa organizado esta semana pelo Senado, sentiu-se a ausência quase completa dos senadores e deputados no auditório Petrônio Portella, apesar da presença de ministros e negociadores da dívida (do atual e de governos anteriores), economistas e representantes dos maiores bancos credores.

A alegação de que senadores e deputados estão envolvidos na campanha eleitoral para a reeleição, e que os depoimentos serão transcritos na íntegra pela Secretaria do Senado, não basta para justificar a inapetência da classe política por um tema tão explorado pelos próprios políticos. A menos que os políticos queiram apenas os rendimentos emocionais da dívida.

O seminário serviu para ressaltar a distância que separa os credores e os devedores. O Brasil, segundo o depoimento de ex-ministros e dos atuais negociadores, não tem meios objetivos para honrar a dívida nas condições em que foi contratada.

Para começo de conversa, porque acabou o mercado do eurodólar que permitia a reciclagem sem fim dos compromissos vincendos.

Além do mais, como disse o Diretor da Área Externa do Banco Central, Antonio Cláudio Sochaczewski, se o Brasil pagasse todos os compromissos (entre juros e principal), nos próximos oito anos, desembolsaria um total de US\$ 105 bilhões, e ainda continuaria a dever 52% da dívida. Ou seja, para colocar em dia os juros devidos (como querem os banqueiros credores), o Brasil seria obrigado a uma sangria absurda de divisas em seu balanço de pagamentos, sacrificando a capacidade de crescimento econômico e o nível de bem-estar social da sua população.

Esse ponto, aliás, despiu o último véu da fantasia que envolvia a dívida: tanto o presidente do Citicorp, John Reed, quanto o vice-presidente do Banco de Tóquio, Eisho Matsumoto, deixaram claro no Senado que estão no Brasil na função de cobradores. O presidente do Citibank, falando mais em nível pessoal do que em tese, prega como "importante psicologicamente", o pagamento, ainda que simbólico, dos juros em atraso desde setembro do ano passado.

Importante, talvez para o próprio Reed, cujo cargo de *chairman* do maior banco americano está em situação delicada perante os acionistas, devido ao enorme calote em empréstimos a clientes dentro dos Estados Unidos - só na área imobiliária as dívidas vencidas vão a US\$ 12,6 bilhões, ou quatro vezes os créditos que o banco concedeu ao Brasil.